

MOURA, Francisco Antônio de

* militar; min. Guerra 1892-1894.

Francisco Antônio de Moura nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 29 de outubro de 1839, filho do major Antônio Luís de Moura.

Assentou praça voluntariamente no 1.º Batalhão de Artilharia a pé em 10 de janeiro de 1857, contando tempo de serviço de 12 de março de 1856, data em que se matriculou na antiga Escola Militar. Alferes-aluno em 14 de março de 1858, foi promovido a segundo-tenente em 2 de dezembro de 1861 e a primeiro-tenente em 2 de dezembro do ano seguinte. Concluído o curso de artilharia, de acordo com o que previa o Regulamento orgânico das Escolas Militares do Império, Decreto n.º 2.582, de 21 de abril de 1860, ficou adido ao batalhão em que assentara praça, passando a comandar a 5.ª Companhia.

Em 10 de janeiro de 1863 foi destacado para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, passando a comandar a 2.ª Companhia. Depois foi enviado para a fortaleza de São João, na mesma cidade, para servir como instrutor dos guardas nacionais ali aquartelados. Em 16 de julho do mesmo ano, passou a efetivo da 8.ª Companhia do 1.º Regimento de Artilharia a pé.

Em 1864, as disputas políticas no Uruguai resultaram em invasões de propriedades localizadas em solo brasileiro. As pressões dos estancieiros e os interesses políticos mais gerais que envolviam a região levaram o Império brasileiro a intervir na questão. Foi então organizada e, em 16 de outubro, iniciada uma operação de invasão daquele país. De modo a tomar parte na brigada expedicionária que partiria em direção a Montevidéu em 26 de dezembro daquele ano, Francisco Antônio de Moura embarcou no vapor *Cruzeiro do Sul*. Em 5 de janeiro do ano seguinte, chegou a Fray Bentos, cidade que então fazia parte do departamento de Paysandú, no Uruguai.

Em pouco tempo as tropas brasileiras alcançaram seu objetivo: em 15 de fevereiro de 1865, o presidente uruguaio Atanasio Cruz Aguirre foi deposto, e no dia 20 foi assinada a Convenção de Paz entre o governo provisório instalado no Uruguai e o Império do Brasil.

Apesar dessa formalização, o início do conflito entre a Tríplice Aliança – formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai fez com que as tropas brasileiras permanecessem em território uruguaio. Como integrante de tais forças, Francisco Antônio de Moura seguiu para o conflito em solo paraguaio. Em 21 de abril de 1865 foi transferido para o Corpo de Artilharia do Amazonas, cinco dias depois embarcou no vapor *Princesa*, e a 31 de maio desembarcou junto ao arroio Dayman, onde acampou com a tropa em operação. Passou para o território argentino no dia 30 de junho e assumiu o comando da Bateria de Foguetes de Guerra no dia 6 do mês seguinte.

Promovido a capitão em 22 de janeiro de 1866, foi designado para a 6.^a Companhia do 1.^o Batalhão de Artilharia a pé e em 26 de março marchou para o acampamento do Passo da Pátria. No dia 28 e seguintes, assistiu ao bombardeamento das fortificações e baterias flutuantes do inimigo. Comandando a 6.^a Bateria, partiu em diligência em 5 de abril, com a meta de guarnecer a ilha fronteira da fortaleza de Itapiru, no rio Paraná, e tomou parte ativa nos bombardeios da que foi considerada a primeira posição tomada pelo Exército brasileiro. No dia 24 do mês seguinte, participou da batalha em Tuiuti. Tomou, ainda, parte em vários outros combates durante a campanha do Paraguai, tendo assistido à capitulação do forte de Angostura em dezembro de 1868. Em 14 de junho de 1870, poucos dias antes da assinatura do acordo preliminar de paz entre Brasil e Paraguai, embarcou com o batalhão com destino ao Rio de Janeiro, chegando à cidade em 14 de agosto.

Por conta de sua participação nas campanhas do Uruguai e Paraguai, foi condecorado como cavaleiro da Ordem da Rosa, por se ter distinguido no combate de 10 de abril de 1866; da Ordem de Cristo, pelos serviços prestados nos combates de julho de 1866; da Ordem Imperial do Cruzeiro, pelos serviços prestados na campanha das Cordilheiras; e como oficial da Ordem de São Bento de Aviz, por decreto de 8 de novembro de 1871. Recebeu, também, a medalha do mérito e bravura militar, por atos praticados em combate; a medalha de prata, concedida aos que fizeram parte da tropa comandada pelo marechal João Propício Mena Barreto na campanha do Uruguai, em 1865; e a medalha do Paraguai, por ter feito toda a campanha.

Foi graduado major a 14 de abril de 1871, com antiguidade de 6 de outubro de 1870, e efetivado no dia 18 de abril de 1874. Em 25 de julho de 1880, foi promovido por merecimento a tenente-coronel, sendo então nomeado diretor do Arsenal de Guerra do Pará. A 13 de maio de 1882 foi designado comandante do Batalhão de Engenheiros, e em 29 de abril de 1884, da Escola de Tiro de Campo Grande. Em 7 de março de 1885 foi promovido a coronel graduado, passando a efetivo em 14 de agosto do mesmo ano. Em 15 de dezembro seguinte foi nomeado comandante da Escola de Aprendizes Artilheiros e, a 8 de setembro de 1888, assumiu o comando da Escola Militar do Rio Grande do Sul, posição em que permaneceu até o ano seguinte.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foi graduado general de brigada em 8 de outubro de 1890 e passou a efetivo a 28 de julho de 1891. Antes, porém, por portaria de 31 de janeiro de 1891, foi nomeado presidente da comissão encarregada de rever e harmonizar os regulamentos da Escola Tática e de Tiro do Rio Grande do Sul e Geral de Tiro de Campo Grande. Em 11 de maio assumiu o comando geral da Artilharia, e em 3 de dezembro, o do 5.º Distrito Militar. Em 10 de fevereiro de 1892 foi novamente designado diretor geral da Artilharia.

MINISTRO DA GUERRA

Por decreto de 2 de março de 1892, do governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), foi nomeado ministro secretário dos Negócios da Guerra. Sucedia ao ministro interino, almirante Custódio de Melo, que, com a exoneração de José Simeão de Oliveira em 2 de fevereiro, vinha acumulando o Ministério da Marinha com a pasta da Guerra.

Um mês antes de sua posse fora deflagrada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Embora o conflito tivesse como pano de fundo uma questão local, já que as forças revolucionárias contestavam a eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do estado, a luta e a instabilidade política e social ameaçavam a nascente República brasileira. Em face da gravidade da situação, o presidente Floriano Peixoto decidiu intervir em defesa do governo de Castilhos.

Assim, em 12 de abril de 1893, o ministro Francisco Antônio de Moura transferiu-se para o Rio Grande do Sul a fim de dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Durante o período em que esteve no Sul, ocupando-se da luta, responderam interinamente pela pasta da Guerra o marechal Antônio Eneias Gustavo Galvão, barão do Rio Apa, de 14 de abril de 1893 a 31 de janeiro de 1894, e o general Bibiano Sérgio de Macedo da Fontoura Costalat, de 31 de janeiro a 15 de novembro de 1894. Embora oficialmente só tenha pedido exoneração do cargo de ministro da Guerra em 10 de novembro de 1894, desde 13 de abril do ano anterior Francisco Antônio de Moura não mais desempenhou tais funções. Seu sucessor, já no governo Prudente de Moraes (1894-1898), seria o general Bernardo Vasques.

Ainda antes de deixar a pasta da Guerra, em 28 de julho de 1893 Francisco Antônio de Moura foi promovido a general de divisão. Em 8 de agosto de 1894 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar. Tomou posse no cargo em 12 de dezembro e, dois dias depois, foi designado comandante do 6.º Distrito Militar e de todas as forças em operação no Rio Grande do Sul. Em 2 de maio de 1895 pediu exoneração desse comando. Reformou-se a pedido no posto de marechal em 30 de novembro de 1898.

Foi também diretor da Escola Militar do Rio de Janeiro e fundador e presidente do Clube Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de janeiro de 1911.

Era casado com Jovita Montenegro Cordeiro.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: BLAKE, A. *Diccionario* (v.2, p. 396); BRASIL. *Coleção de Leis* (v. 1, pt. II, 1860, p. 165); COL. MIL. PORTO ALEGRE. *Ex-alunos, ex-professores e ex-integrantes da Escola Militar do Rio Grande do Sul, da Escola Preparatória e de Tática, da Escola Preparatória de Porto Alegre e do Colégio Militar de Porto Alegre que se destacaram no cenário municipal, estadual e nacional*. Disponível em: <http://www.cmpa.tche.br/ex_integrantes_cmpa.pdf>. Acesso em: 30/4/2011; DONATO, H. *Dicionário; Jornal do Comércio* RJ (6/1/1911, p. 2); LAGO, L.

Estado-Maior (p. 34); LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 134-135); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1897); SCHULZ, J. *Exército*; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do STM* (1808-2011). Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011.